

# Enunciações e corpos que importam: uma leitura de Clarice Lispector

## *Enunciations and bodies that matter: a reading by Clarice Lispector*

Jacob dos Santos Biziack\*

### Resumo

Este artigo propõe uma leitura de *A hora da estrela*, de Clarice Lispector, a partir, principalmente, do conceito de enunciação para a análise do discurso, orientada pelas obras de Michel Pêcheux e Eduardo Guimarães. Entendendo a enunciação com base em um sujeito discursivo e não em um empírico que transmitiria uma experiência sua, compreendemos que ela funciona afetada pela ideologia e pela história. Sendo assim, a enunciação, como prática discursiva, não estabelece relação direta com “a realidade”, ainda que funcione como se fosse transparente. Problematisando esta ilusão referencial que afeta o sujeito e a enunciação, analisamos a novela de Lispector para continuarmos pensando o político, que faz funcionar a linguagem – portanto, o simbólico – na narrativa, pensando como o corpo da personagem central, Macabéa, é elaborado pelo enunciador em relação ao espaço urbano e ao imaginário social nos procedimentos de significação.

**Palavras-chave:** Enunciação; Corpo; Clarice Lispector; Análise do Discurso; Judith Butler.

### Abstract

This article proposes a reading of Clarice Lispector's *A hora da estrela*, based mainly on the concept of enunciation for discourse analysis guided by the works of Michel Pêcheux and Eduardo Guimarães. That is, understanding the enunciation in view of the discursive subject and not an empirical one that would transmit an experience of his, we understand that it works affected by the ideology and the history. Thus, enunciation, as a discursive practice, does not establish a direct relation with “reality”, although it functions as if it were transparent. By analyzing this referential illusion that affects the subject and the enunciation, we analyze the novel by Lispector in order to continue thinking about the politician who makes the language – and therefore the symbolic – work in the narrative, thinking like the body of the central character, Macabéa, is elaborated by the enunciator in relation to the urban space and the social imaginary in the procedures of signification.

**Keywords:** Enunciation; Body; Clarice Lispector; Discourse Analysis; Judith Butler.

---

\* Doutor em Estudos Literários pela UNESP Araraquara (com pós-doutorado pela USP Ribeirão Preto e UFRJ); Docente e chefe de Seção Pedagógica do IFPR Palmas; pós doutorando pela UNICAMP (Grupo Mulheres em Discurso, supervisão da Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi-Fontana). E-mail: [jacob.biziack@ifpr.edu.br](mailto:jacob.biziack@ifpr.edu.br)

## I n t r o d u ç ã o

## Enunciação que importa

De repente, a gente vê que perdeu  
Ou está perdendo alguma coisa  
Morna e ingênua que vai ficando no caminho  
Que é escuro e frio, mas também bonito porque é iluminado  
Pela beleza do que aconteceu há minutos atrás  
(Cazuza, “Poema”, 2000)

**G**enette, na importante obra *Discurso da narrativa* ([197-]), inova ao apresentar o narrador como operador do texto literário, com base na ideia de ponto de vista, foco narrativo. No entanto, o crítico literário francês ainda aborda a diegese desconsiderando a ideia de sujeito<sup>1</sup>, como se este – centrado em si mesmo, focado na comunicação com o outro e envolvido por um mundo transparentemente percebido – não precisasse sofrer uma revisão teórica. Tal perspectiva é muito bem descrita por Zoppi-Fontana (2015, p. 252) como metáfora da “encenação”:

Como encenação, o que leva a considerar uma multiplicidade de figuras enunciativas (máscaras) mostradas pelo enunciado, organizadas em relação à figura do locutor, que funciona (pela presença ou ausência) como princípio organizador. Neste caso, entende-se o “desdobramento da personalidade” como uma multiplicação dos lugares de enunciação disponíveis para o sujeito, o qual fica necessariamente fora do jogo enunciativo, irreduzível na sua posição de autor/diretor da peça. Dito de uma outra maneira, desde que a relação que se estabelece entre o sujeito falante e as diferentes figuras enunciativas é de irreduzível exclusão (a descrição do sentido de um enunciado só considera as últimas), a multiplicação dos lugares de enunciação não abala estruturalmente ao sujeito, o que é ainda representado (ou suposto, nos casos em que não

<sup>1</sup> Procedimento que sabemos ser típico do chamado Estruturalismo.

há uma explicitação teórica a seu respeito) como dono e mestre de um dizer intencionalmente orientado.

Na perspectiva teórica com que trabalhamos, a análise do discurso elaborada por Pêcheux (1988, 1990), o sujeito não só é constitutivamente dividido, como isso o afeta enquanto falante, que acredita dizer de maneira intencional e orientada, mas somente como efeito do funcionamento da ideologia e das práticas históricas na língua. Dessa maneira, em meus trabalhos mais recentes com o texto literário, venho optando por trabalhar com o termo enunciador ao invés de narrador, justamente para marcar, em meus gestos de leitura, aquilo que entendo como fundamental a esse “ponto cego” do “ponto de vista” (ZOPPI-FONTANA, 2015), que não pode excluir o sujeito discursivo. Além disso, entendo a interpretação como movimento, cuja prática intervalar é, segundo Orlandi (1996), lugar próprio da ideologia, sendo convocação ao sujeito – ele sofre injunções para que atue como intérprete – mediante a relação entre língua e história. A materialidade desta atua como necessária ao funcionamento do discurso, operando na construção e funcionamento do campo imaginário.

Em outros termos, o discurso (PÊCHEUX, 1988) é o local em que o sujeito representa a realidade dentro de uma relação – ou seja, não há centro, mas relacionamento com uma alteridade que se acredita absoluta, Uma, centrada em si mesma, evidente – com as determinações históricas, constituindo as condições de produção material de sua existência. Esta, então, por sua vez, não é instância transcendental, a-histórica, universal, “para além do sujeito”. Portanto, o discurso – como objeto teórico – é fundamento da reflexão que entende a relação material entre inconsciente e ideologia pela linguagem, suporte simbólico dos mecanismos imaginários. Cria-se, assim, a ilusão referencial entre sujeito e realidade(s), inclusive de sua identidade: o real da língua e da história<sup>2</sup>; logo, é o irrepresentável que resiste, atua e deixa rastros no simbólico, por meio da falha e do equívoco, contradições essenciais para que o indivíduo emergja como sujeito na linguagem e possa falar.

Fuchs e Pêcheux (1990, p.173-176) propõem que o sujeito fala, enuncia, não como ator empírico, mas como materialização da ideologia e do discurso na língua:

O que falta atualmente é uma teoria do funcionamento material da língua em sua relação consigo própria, isto é, uma sistematização que não se opõe ao não sistemático (língua/fala), mas que se articula em processos. Se convencionamos chamar “semântica formal” à teoria deste funcionamento material da língua, pode-se dizer que o que falta à análise linguística é precisamen-

<sup>2</sup> Conforme Orlandi (2009) desenvolve, para a análise do discurso de Pêcheux, a relação entre pensamento, mundo e linguagem não é unívoca. Ao mesmo tempo, não há o entendimento de que o sentido mora em um “outro lugar” idealizado e inacessível – de rastro platônico – o que quer dizer que a significação funciona a partir da sua materialização na linguagem. Conforme a autora lembra, o real da língua e o da história não são iguais: mas, quando história e língua se atravessam é produzida e posta em ação uma materialidade que não é abstrata – como no Estruturalismo ou no Formalismo, sem sujeito – e, sim, forma encarnada na história. Assim, surgem as proposições básicas da AD: a língua tem sua ordem específica; o real da história é afetado pelo simbólico; o sujeito é cindido porque afetado pela ideologia e pelo inconsciente.

te essa semântica formal que não coincide de modo nenhum com a “semântica discursiva” (...). A expressão “semântica formal” (...), que definiremos adiante como o último nível de análise linguística, atingiria, neste sentido, o lugar específico da língua, que corresponde à construção do efeito-sujeito. (...) Se definirmos a enunciação como a relação sempre necessariamente presente do sujeito enunciador com o seu enunciado, então aparece claramente, no próprio nível da língua, uma nova forma de ilusão segundo a qual o sujeito se encontra na fonte do sentido ou se identifica à fonte do sentido. (...) os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não dito”. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado.

Assim, “dito” e “não dito” operam relacionalmente de forma a atuar sobre a significação enquanto funcionamento. Isso se torna ainda mais forte quando se declara (PÊCHEUX, 1988) que o sujeito enuncia sob o efeito de dois esquecimentos: o número um, ideológico, pelo qual o enunciador age, acreditando ser a origem de seu dizer; o número dois, enunciativo, pelo qual se esquece que o dito poderia se dar de/em outras formas. Portanto, nem o léxico é estoque de palavras à disposição do enunciador; nem a sintaxe é “pura forma” à espera de preenchimento de funções pré-estabelecidas à enunciação.

Articulando a Linguística com uma leitura althusseriana de ideologia (por seu turno, concatenada com propostas lacanianas sobre o inconsciente, por exemplo) e do próprio marxismo, Pêcheux (1988) entende que o sujeito enuncia por meio do assujeitamento<sup>3</sup> imposto pela interpelação ideológica. Por intermédio disso, o “eu” atua tendo uma perspectiva imaginária de si e do “(O)outro”, de forma a acreditar que “sabe” para quem se “comunica” e o que precisa dizer para “se expressar”, ignorando que sua identificação é imaginária. Não se trata de um “defeito” da língua, mas da condição que a constitui: operar de maneira a sempre se inscrever no simbólico a partir do que continuamente precisa afirmar como pertencimento a si mesma, para que possa, então, se projetar ao outro. Mas, como afirma Orlandi (1999), além da necessária identificação com a ideologia para poder emergir, acontecer, o sujeito precisa, em seguida, se identificar com as posições-sujeito permitidas pelo Estado como possibilidades de significação sobre o que é ser “cidadão de direitos”, por exemplo:

Porque há o direito ao grito. Então eu grito. Grito puro e sem pedir esmola. Sei que há moças que vendem o corpo, única posse real, em troca de um bom jantar em vez de um sanduíche de

<sup>3</sup> Mais uma importante contradição oriunda da ação da ideologia e da história no atravessamento com a língua. O indivíduo só se reconhece como sujeito a partir do momento em que, interpelado, performatiza uma imagem unívoca de si para poder ascender à enunciação: ou seja, a evidência de liberdade e unidade do dizer se faz às custas da perda destes dois valores, uma vez que é nos termos de e em relação a um Sujeito Absoluto que ocorre a subjetivação e identificação.

mortadela. Mas a pessoa de quem falarei mal tem corpo para vender, ninguém a quer, ela é virgem e inócua, não faz falta a ninguém. Aliás – descubro eu agora – também eu não faço a menor falta, e até o que escrevo um outro escreveria. Um outro escritor, sim, mas teria que ser homem porque escritora mulher pode lacrimejar piegas. (LISPECTOR, 2017, p. 49)

No primeiro trecho que reproduzo de *A hora da estrela* (2017), temos os instantes iniciais da narrativa. Aqui, algo se realiza e vai estar presente ao longo da enunciação da novela toda: além das dificuldades para escrever, Rodrigo SM (nome da fonte a quem se atribui o dizer da/na novela), a todo momento, questiona-se sobre a validade da sua escrita diante da complexidade que acredita haver na existência e na figura miserável de Macabéa. Rodrigo SM alterna, principalmente, efeitos de generalização e de maior pessoalidade com o que diz, e uma das maneiras de fazer isso é pelo uso de pronomes e verbos declinados na terceira e primeira pessoa. No entanto, para além disso, é necessário perceber de que maneira as referências sobre “ser mulher” são tomadas como efeito de já-construído – “sei que há moças”, “ninguém a quer”, “descubro eu”, “teria que ser” – produzindo e fazendo funcionar sentidos sobre feminilidades como dados evidentes, construídos alhures e não por ele em uma posição de enunciador. Aliás, seu questionamento sobre o valor da escrita, elaborada no ato de dizer da/na novela, não leva em conta isto: o próprio acontecimento do enunciar ocorre, primeiramente, porque é possível uma identificação com a ideologia, a qual se inscreve nas relações imaginárias de Rodrigo SM consigo mesmo e com Macabéa. Estas, por seu turno, continuam a ocorrer por meio das condições fornecidas pelo Estado e, neste, a personagem alagoana não entra como cidadã reconhecida como plena de direitos, já que nem o corpo possui para dispor à venda, uma vez que “ninguém” a quer (e quem é ninguém?). Logo, uma falta constitutiva permite a enunciação da novela, dado que Rodrigo SM, ainda que questione, em alguns instantes, a ilusão de exterioridade e as referências evidentes de que dispõe, não consegue se fazer sujeito em condições diferentes.

Dessa forma, a democracia (ZOPPI-FONTANA, 2011) – em que se constitui modernamente o sentido para ser “cidadão” – significa como liberdade, produzindo efeitos nas atualizações discursivas, como os efeitos de evidência da livre expressão e da transparência dos dizeres: sob essa naturalização de que há um Sujeito Absoluto de direitos, pensa-se na pobreza e na existência mirrada, “capim”, de Macabéa. No entanto, contraditoriamente, porque dividido em si mesmo para poder falar, Rodrigo SM enuncia como se houvesse cobertura simbólica sem furos, ao mesmo tempo em que se apropria deles, inevitáveis, para fazer matéria-prima da novela. O questionado pelo enunciador, por outro lado, é o que permite que ele fale, não só por o constituir, mas também como assunto sobre o qual se debruça:

(Se o leitor possui alguma riqueza e vida bem acomodada, sairá de si para ver como é às vezes o outro. Se é pobre, não estará me lendo porque ler-me é supérfluo para quem tem uma leve

fome permanente. Faça aqui o papel de vossa válvula de escape e da vida massacrante da média burguesia. Bem sei que é assustador sair de si mesmo, mas tudo que é novo assusta. (...). (LISPECTOR, 2017, p. 63)

Como no exemplo acima, o uso dos parênteses ao longo da narrativa é recurso comum para introduzir reflexões paralelas ao que vem sendo desenvolvido, de maneira que, neles, é criada uma interlocução diferente, diretamente dirigida ao leitor. No entanto, este não deve ser tomado como outro elemento empírico, mas enquanto função (ORLANDI, 2005). Dessa forma, o enunciador (que, em uma primeira leitura, mais superficial, parece atender por Rodrigo SM) cria o leitor com o qual dialoga, sendo que este habita o próprio texto, não sendo externo a ele. Ou seja, o leitor é tomado por SM como unidade imaginária, cuja identificação aproxima com a sua, “média burguesia”, não existindo enunciação “ao vento”, mas, sim, que performatiza o outro com quem fala, convocando-o a interpretar, mesmo que em condições de produção diferentes, o que pode promover o deslizamento de sentidos dos enunciados:

Por isto usamos a palavra “individuação” que remete necessariamente ao fato de que se trata de um sujeito individuado, ou seja, a forma sujeito histórica, no nosso caso capitalista, passando pelo processo de articulação simbólico-política do Estado, pelas instituições e discursos, resultando em um indivíduo que, pelo processo de identificação face às formações discursivas, identifica-se em uma (ou mais) posição-sujeito na sociedade. (ORLANDI, 2010, p. 22)

Isso que vem sendo apresentado até aqui é importante à medida que serve para (re)pensarmos certas leituras que, comumente, são elaboradas não só a respeito de *A hora da estrela*, mas, também, do conjunto de narrativas de Lispector. É senso comum, inclusive, quando se lê ou escuta algo sobre tais obras, a ênfase no trabalho com a linguagem – “hermética”, de difícil compreensão – e com os “dramas da existência”. Isso é tão repetido que faz existir e funcionar uma realidade sobre essas diegeses, atuando como já-dado, interferindo nos processos de leitura. Ao mesmo tempo, acredito que a enunciação da novela que estamos lendo aqui acaba auxiliando porque, ao trazer aspectos temáticos sociais de maneira mais explícita, permite que outras reflexões surjam e sirvam para que se coloque a obra como um todo em outro horizonte hermenêutico.

Temos uma escrita labiríntica em *A hora da estrela* – comumente com a sensação de sem saída, sem leitura definitiva – porque quem se assume como responsável pelo dizer trabalha de maneira, inclusive, a intervir na memória geralmente aceita sobre o que seria uma narrativa “tradicional”. No entanto, a própria “tradição” é efeito discursivo que só existe dentro de um processo de individuação do sujeito diante da ideologia e das posições-sujeito chanceladas pelo Estado, inclusive as dos “abjetos”. Dessa perspectiva, os enunciados que, aparentemente,

emanam de SM, ao mesmo tempo em que parecem fazê-lo identificar-se como indesejável, já que é escritor de certa literatura nem sempre de fácil consumo, projetam isso sobre Macabéa, outra indesejável. Mas, por outro lado, trata-se de um jogo de projeções e deslocamentos mediante a contradição constitutiva da enunciação, uma vez que o enunciador da novela se desdobra em pronomes diferentes e personagens diferentes porque não é possível a unidade para falar de si, de forma que a mulher-capim-miserável também é o escritor de “média burguesia”, dado que a posição-sujeito que permite falar é a que faz ambos existirem. É em relação a uma projeção imaginária de Sujeito de Direitos que a linguagem devora a si própria, à medida que afirma e, sem perceber, problematiza o que toma como evidente:

E eis que fiquei agora receoso quando pus palavras sobre a nordestina. E a pergunta é: como escrevo? (...) Antecedentes meus do escrever? Sou homem que tem mais dinheiro do que os que passam fome, o que faz de mim de algum modo desonesto. E só minto na hora exata da mentira. Mas quando escrevo não minto. Que mais? Sim, não tenho classe social, marginalizado que sou. A classe alta me tem como um monstro esquisito, a média com desconfiança de que possa desequilibrá-la, a baixa nunca vem a mim. Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas. Mas voam faíscas e lascas como aços esfelhados. (LISPECTOR, 2017, p. 53)

Trata-se de uma escrita “faísca” e “lasca” que parece, em sua superfície, “rocha inteira”, sendo não só o escrever difícil, mas o processo de interpretação também, já que não se produz para descobrir a essência do enunciador, mas é procedimento “duro como quebrar rochas”, no qual o evidente atua para ser fragmentado, posto em circulação, movimento pendular. Por isso, a escrita enunciada não é mentira como paráfrase de “invenção”, mas como representação posicionada em dada formação discursiva<sup>4</sup>, sendo impossível escapar a isso, tornar-se e ver-se externo à língua e à ideologia, a não ser como efeito imaginário. Ou seja, por mais inovadora que uma escrita surja em alguma historiografia literária, ela reproduz rituais enunciativos, condições do dizer, justamente para se fazer legível, afirmando – muitas vezes, sem perceber – sua filiação histórica por meio das famílias parafrásticas<sup>5</sup>.

4 Pêcheux, em seus escritos como um todo, traz o conceito de formação discursiva a partir da obra de Foucault. Sendo assim, acredito que Ana Zandwais (2013, p. 47) nos traz um bom norte para pensarmos: “De modo paradoxal, definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles – em outras palavras, formular sua lei de repartição. Parece que é a partir daí que a reflexão de Foucault evolui para chegar à concepção de que é um semelhante sistema de dispersão entre um número de enunciados que dá origem a uma Formação Discursiva. Ampliando, nomeia regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição”.

5 Como nos lembra Zoppi-Fontana (2003, p. 250): “Para o estudo das relações de paráfrase que se estabelecem entre os enunciados, seguimos a Fuchs (...) e Fuchs & Pêcheux (...) que definem família parafrástica como um conjunto de seqüências relacionadas entre si por operações de substituição. A família parafrástica funciona como matriz de sentido para a produção de novas seqüências que significam (e referem) a partir das relações de paráfrase que estabelecem com as demais seqüências da família”.

Eduardo Guimarães (2002)<sup>6</sup>, aprofundando as possibilidades de leitura sobre a enunciação e dialogando com Pêcheux (1988), também entende o “ego” como da ordem do discurso e que comparece ao sujeito como função real essencial, acrescentando ao estudo da enunciação o político. A partir disso, compreende-se que a relação do falante com a língua não é unívoca, mas funciona através de uma disputa incessante pelo dizer. Entendendo o espaço de enunciação como a divisão desigual da língua, é nele que o sujeito se constitui entre formas e direitos de dizer, buscando afirmar pertencimento. Ou seja, é tal divisão – e não o Um, o íntegro – que leva o falante a se identificar para, politicamente, poder enunciar. Não há homogeneidade, mas heterogeneidade povoada por desiguais. Como vimos anteriormente, Rodrigo SM, ao falar sobre “moças que vendem o corpo”, realiza tal prática a partir do momento em que adentra o espaço conflitivo da língua, assume posição e, dela/nela, fala, naturalizando a “obviedade” das prostitutas como paráfrase de quem vende “o corpo, única posse real, em troca de um bom jantar em vez de um sanduíche de mortadela”. É dessa – e somente dessa – posição na formação discursiva que o corpo e a vida de Macabéa vale menos e, logo, não pode ocupar o mesmo espaço como cidadã e como alguém que se inscreve no espaço urbano. Paradoxalmente, em momentos que irrompem na narrativa, reorganizando sentidos, o próprio enunciar se martiriza como discurso outro, quebrando as cadeias parafrásticas que vêm sendo atualizadas e reelaborando impossibilidades de conseguir falar de uma vida pobre, como a da moça vislumbrada na feira, muda.

Tal divisão constitutiva dos sujeitos – já que a língua só pode ser acessada desigualmente por eles – permite que Guimarães (2002) pense no agenciamento enunciativo como operador de leitura das enunciações. Em uma cena enunciativa – que são locais específicos de acesso ao dizer nos espaços de enunciação – são construídas as figuras que permitem funcionar os lugares de dizer, de forma que o sujeito seja imaginariamente percebido como centrado em si. Nela, na cena, o Locutor (de que acreditamos ser a fonte dos enunciados) engaja-se em um lugar social – assumindo posição nas divisões da língua – que o predica e, assim, permite que fale. Tal funcionamento, no entanto, em um primeiro instante, é percebido como uniforme, transparente, por meio da ação do enunciador, o qual representa lugares de dizer. Como venho analisando, os Locutores a quem os enunciados da novela atribuem fonte do dizer são Clarice Lispector e Rodrigo SM, assumidos como desdobramentos um do outro.

---

<sup>6</sup> A semântica do acontecimento, desenvolvida por Guimarães (2002), estabelece fortes diálogos com o percurso teórico de Pêcheux, mas inova à medida que entende a enunciação como um desdobramento – agenciamento – que produz o dizer. De maneira que, aqui, enunciador não é sinônimo da instância enunciativa por completo, mas parte da criação de possibilidades para que se diga algo. Por exemplo, na teoria literária mais comumente estudada, em *A hora da estrela*, o narrador é Rodrigo SM, instância do dizer. No entanto, segundo a filiação teórica que assumo neste trabalho, não é possível dizer que o enunciador é Rodrigo SM: este é tão somente uma figura nomeada como a fonte do falar, ainda que não haja sujeito capaz de ser origem do próprio dizer. O enunciador, então, corresponde ao lugar de dizer em que ocorre modulação dos enunciados em sua superfície linguística para fazer operar efeitos de individuação ou universalização, por exemplo, que apagam a constituição cindida da enunciação (esta, para criar ilusão de comunicação, em um primeiro momento, precisa ser recebida como “inteira”).

Na verdade, o nome do Locutor não afeta o procedimento central para que ocorra enunciação. A partir do espaço enunciativo da “média burguesia” em que o escritor não se percebe valorado como outros cidadãos – e o mesmo se pode dizer de Macabéa -, Clarice Lispector/Rodrigo SM<sup>7</sup> engaja-se e assume uma posição para poder representar a realidade, afetado pela historicidade das condições de produção de ser escritor em uma contingência descrita pela distribuição desigual de riquezas e de trabalhos. Assim, como locutor-x, o dizer pode ser percebido como um agenciamento através do qual se fala a partir de um local do interdiscursivo, uma posição-sujeito que vai recortar a memória – que não é contínua, já que vislumbrada nunca por “inteiro” (o que, na verdade, não existe), mas por fracionamentos – por intermédio de uma relação com a língua sobredeterminada. No entanto, essa natureza política do acontecimento da enunciação acaba sendo mascarada, silenciada, através do apagamento da disparidade entre Locutor/Clarice Lispector/Rodrigo SM e locutor-x/ escritor(a) de média-burguesia. Isso ocorre porque surge o enunciador como um lugar de dizer que parece íntegro, oscilando, no caso da narrativa em questão, entre o individual (quando assume o “eu”), o coletivo (quando o “nós”, na relação com o leitor estabelecido como enunciatário) e o universal (quando se estabelecem afirmações com efeitos de saber universal).

Por meio dessa complexa prática, o dizer surge, ascendendo um enunciador, díspare em si mesmo, que assume uma imagem de indivíduo empiricamente possível por meio da ação do simbólico sobredeterminado pelo interdiscurso. Com isso, o enunciador cria uma temporalidade, um efeito de presente (na verdade, encontro entre passado da memória recortada de uma posição e futuro, desejo de significação para o leitor, afetado pela falta que instala a hiância do agenciamento):

*Ninguém pode entrar no coração de ninguém.* Macabéa até que falava com Glória – mas nunca de **peito aberto**.

Glória tinha **um traseiro alegre** e **fumava cigarro mentolado** para manter um **hálito bom** nos seus **beijos intermináveis** com Olímpico. Ela era muito **satisfatona**: **tinha tudo** o que seu pouco **anseio lhe dava**. E havia dela um **desafio** que se resumia em ‘**ninguém manda em mim**’. (...) Muito bem. *Voltemos a Olímpico*. (LISPECTOR, 2017, p. 92, grifos meus)

Graças ao que venho defendendo até aqui, os enunciados em negrito no trecho anterior acabam funcionando como família parafrástica de “peito aberto”, como se fossem sinônimos, mas cuja referência não existe a priori, e sim como efeito de já-dado em outro lugar. Tais enunciados destacados, na verdade, fazem circular sentidos que refratam as relações dos lugares

<sup>7</sup> Na primeira página da novela, já encontramos a “Dedicatória do autor (na verdade Clarice Lispector)”: jogo de nomes que estabelece um efeito de que o dizer possui um “dono que fala em um presente” e a quem podemos nos referir enquanto ego autônomo.

sociais da instância enunciativa com os das personagens, “faladas” por esta. Tal funcionamento, como se pode ver, por meio dos *itálicos*, é dissimulado por uma alternância de enunciadores que, em seu conjunto, acabam atuando para dar autoridade ao narrado – por intermédio do primeiro enunciativo em *itálico* que marca lugar de dizer universal – e estabelecendo efeito de proximidade com o leitor almejado, por meio do “*voltemos*”, lugar de dizer coletivo.

Dessa forma, a enunciação que importa – no funcionamento da *diegese* – é a do apagamento da divisão constitutiva do dizer<sup>8</sup>. Mesmo quando o enunciativo assume lugar de dizer para falar sobre a impossibilidade de transcender suas limitações para representar a miséria de Macabéa, só pode fazê-lo de uma posição específica, lugar social que modalizará léxico e sintaxe na construção de uma realidade, diferente em si mesma. Logo, os corpos que (não) importam ganham possibilidade de surgimento dentro desse funcionamento, não estando nunca desde-já-lá: a performatividade cria a imagem de um presente no qual alguém diz e personagens perambulam.

## Corpo e vida que importam

Butler (2003) desenvolve sua teoria de maneira que vejo certa possibilidade de interlocução com o que venho analisando até aqui. A filósofa propõe – ao pensar os gêneros – um rompimento com a perspectiva biológica, quando entende que toda representação, ao entrar no campo da linguagem, não está mais determinada por nenhum tipo de naturalismo, mas é produzida por/em efeitos engendrados pelas repetições de performatividades que são associadas, em determinado espaço, a um sentido ou outro. Assim, feminilidades ou masculinidades, por exemplo, não resultam de uma evidência pura simplesmente, mas de rituais que se repetem cronotopicamente. Pensando que a enunciação é o acontecimento responsável por textualizar enunciados – sejam eles de qualquer suporte linguístico, verbal ou não – são os rituais enunciativos, então, que engendram significações sobre as (im)possibilidades de representações de corpos e suas respectivas valorações, sempre relacionais.

---

<sup>8</sup> Zoppi-Fontana (2004), em “A arte de cair fora”, articula um duplo movimento de dialogar, rever e continuar as teorias da enunciação e da polifonia de forma a pensar qual seria o lugar de uma terceira pessoa dentro das relações dialógicas. Pensando que o olhar – como metáfora para o funcionamento da enunciação – cria distância, teríamos um excedente de visão, de forma que, inclusive, o olhar do sujeito sobre si representa e funciona sempre como um olhar do outro. Portanto, o lugar do “ele” assume-se como extraposto e dividido, cindido, entre focalização interna e externa: “O olhar do ‘eu’ (locutor) converge com o do ‘ele’ observador (...) permitindo o deslocamento para identificar a situação atual com a passada” (ZOPPI-FONTANA, 2004, p. 64). Temos, então, uma ilusão de exterioridade – por meio do efeito de distanciamento obtido pela perspectiva do “ele” observador – que causa o apagamento das diferenças materiais entre as diferentes posições de sujeito dadas em uma formação social. Há, então, para a enunciação, uma tentativa – sempre frustrada, dado que os enunciados não são da ordem do “ter” mas do “exercer” – de controle da polissemia, como se fosse possível estar de fora da constituição do sentido.

Dessa maneira, são operações linguísticas (como mecanismo de substituição para elaboração de sinônimos e paráfrases determinados no interdiscurso) que criam referências fixadas pelas designações (ZOPPI-FONTANA, 2003). Logo, designar um corpo refere-se a um empreendimento que ocorre em regularidades formais na materialidade linguística para os enunciados. Estamos diante, portanto, de rituais enunciativos de uso da língua, cujo funcionamento arbitrário – no sentido de que poderia ser outro em condições diferentes – se repete em determinados usos socialmente produzidos, cujos efeitos discursivos executam evidências de sentido, sobredeterminando os processos de subjetivação para construção de identidades. Portanto, o “ego”, mais uma vez, não está livre para “relatar a si mesmo” porque “O ato de relatar a si mesmo, portanto, adquire uma forma narrativa, que não apenas depende da capacidade de transmitir uma série de eventos em sequência com transições plausíveis” (BUTLER, 2015, p. 23). Ou seja, o político de Butler não estaria distante do proposto por Guimarães (2002), à medida que aponta para a necessidade de o sujeito poder falar de si somente nos termos que são dados em “outro lugar”, uma interpelação para sempre perdida porque seu momento de ocorrência não pode ser recuperado. Com isso, adentrando espaços de enunciação marcados pela divisão, o político consiste em se posicionar nos e diante dos termos do outro para se fazer existir por meio das regularidades enunciativas. Mesmo a contestação e/ou a tentativa de subversão se faz, em um primeiro momento, às custas disso, já que não é exterior ao interdiscurso e às determinações históricas:

Sermos desfeitos pelo outro é uma necessidade primária, uma angústia, sem dúvida, mas também uma oportunidade de sermos interpelados, reivindicados, vinculados ao que não somos, mas também de sermos movidos, impelidos a agir, interpelarmos a nós mesmos em outro lugar e, assim, abandonarmos o “eu” autossuficiente como um tipo de posse. (BUTLER, 2015, p. 171)

A partir desta articulação teórica, podemos pensar que o corpo é possível de ser significado ao custo de ser “desfeito pelo outro”, o que significa ter sua criação de referência pela entrada do Locutor nos espaços discursivos de forma a se engajar em lugares sociais não definidos por ele e que o predicam. Vejamos mais uma cena discursiva em *A hora da estrela* (LISPECTOR, 2017, p. 75, grifos meus):

Olímpico de Jesus trabalhava de **operário** numa metalúrgica e ela nem notou que ele não se chamava de “operário” e sim de “**metalúrgico**”. Macabéa ficava contente com a **posição social** dele porque também tinha orgulho de ser **datilógrafa**, embora ganhasse menos que o **salário mínimo**. Mas ela e Olímpico **eram alguém no mundo**. “Metalúrgico e datilógrafa” formavam **um casal de classe**. **A tarefa** de Olímpico tinha o gosto que se sente quando se fuma um cigarro acendendo-o do lado errado, na ponta da cortiça. **O trabalho** consistia em pegar barras de metal que vinham deslizando de cima da máquina para colocá-las embaixo, sobre uma placa

deslizante. Nunca se perguntara por que colocava a barra embaixo. A vida não lhe era má e ele **até economizava um pouco de dinheiro**: dormia **de graça** numa guarita em **obras de demolição** por camaradagem do vigia.

Analisando os termos destacados em negrito, temos deslocamentos sofridos pelos termos “operário” e “datilógrafa”, por intermédio de relações parafrásticas com os demais: não funcionam discursivamente como referência só a empregos a ser ocupados, mas como indicativos de posições sociais significadas através de certa concepção de corpo. Como já vimos, ao corpo de Macabéa, que vale menos que o das prostitutas, já que não pode vendê-lo, porque “ninguém” (quem é ninguém?) o quer, soma-se o fato de ganhar “menos que o salário mínimo” e de ser um corpo que dorme “de graça (...) em obras de demolição”. A polissemia que se dissemina permite rever que “um casal de classe” – que sofre operações sociais predicativas por meio de dois adjuntos adnominais – transita menos por um efeito de superioridade e mais pelo pertencimento na divisão desigual do espaço urbano, dado pela divisão constitutiva da língua, na qual os sujeitos não entram todos pelas mesmas portas. Além disso, não se trata de “relatos” possíveis a priori, de fora da história e da ideologia, mas determinados pela ação do Locutor Rodrigo/Clarice que, interpelado e subjetivado no espaço enunciativo como escritor/escritora na “média burguesia”, oscila entre vozes mais individuais, coletivas e universais, sentindo-se constrangido justamente pela limitação que sua enunciação sofre, dentro de um tempo também dividido, um presente que não preenche ao mesmo tempo em que é saturado. Com isso, a aparente “encenação” da existência é “de classe”, refletindo o equívoco de que a história é capaz nas falhas do simbólico.

Benedito Nunes (1989, p. 163), um dos mais canônicos estudiosos brasileiros da linguagem em *Lispector*, afirma:

A voz do narrador-personagem é bastante jocosa para anunciar que a história pobre da datilógrafa desenrolar-se-á acompanhada pelo ruflar de um tambor, “sob o patrocínio do refrigerante mais popular do mundo, com gosto do cheiro de esmalte de unhas e de sabão Aristolino”, e bastante séria para mediar o confronto da situação humana de Macabéa com o ofício e o papel do escritor. As peripécias da narração envolvem o dificultoso e problemático do ato de escrever – questionando quanto ao seu objeto, à sua finalidade e aos seus procedimentos.

Pelos trechos que destaquei, percebemos que Nunes ressalta a ideia de “confronto”, na narrativa de *A hora da estrela*, entre a situação paupérrima da protagonista e os “dramas da linguagem” vividos pelo “ofício e papel do escritor”, “dificultoso e problemático”. No entanto, acho necessário acrescentar a isso que tais problemas não podem corresponder, no gesto de leitura que tomo aqui, a uma visão transcendental ou metafísica de “problema” e “pobreza”, mas a uma

referência construída pelo funcionamento da enunciação – que se dá por meio de agenciamentos de vozes – no qual o sentido assume direções determinadas, também, por relações entre classes sociais. E, mais ainda, isso interfere na interpretação, já que o leitor imaginariamente almejado não é a-histórico. Ou seja, se há questionamento do narrador é somente dentro de sua enunciação com figuras específicas e desigualmente valoradas pelas materialidades: histórica, ideológica e linguística. Vemos, aí, mais uma vez, como o discursivo é uma materialidade histórica sempre já dada, e é nela/por ela que os sujeitos são interpelados e produzidos como “produtores livres” de seus dizeres.

Historicizando o corpo com Butler (2003, p. 25), “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (...) tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”. Expando tal afirmação ao pensar que os corpos – como já afirmei anteriormente – ganham efeito imaginário de uniformes, inteiros e normais por meio de repetições performativamente operadas em espaços de enunciação. Ou seja, ler – logo, fazer existir – um corpo é assumir uma posição política, já que, contraditoriamente, correspondente a um apagamento, um esquecimento, da ordem do apontado por Pêcheux e Fuchs (1990), das demais possibilidades que significam pela ausência como silenciamento.

No que diz respeito ao espaço urbano, as imagens criadas sobre o corpo citadino e cidadão também correspondem a processos discursivos (ZOPPI-FONTANA, 1998), o que significa um trabalho da linguagem no campo simbólico, no qual se dá a elaboração de sentido. Macabéa, portanto, é produzida enquanto “corpo que faz sentido”, cuja experiência é relatada a partir de efeitos que a constituem em um contexto sócio-histórico das cidades modernas, nas quais, pela operação da enunciação, se produz “sujeito incorporado” (o que pode parecer redundante, uma vez que não há sujeito discursivo sem corpo que lhe valere), em condições de visibilidade que são desiguais e repetidas performativamente por meio dos rituais de uso da língua.

Como nos lembra Zoppi-Fontana (1998), desde o século XIX, tornou-se comum a dicotomia (e a literatura urbana desde o mencionado período textualiza isso) entre realidade e imaginário (como paráfrase de mentira), essência e aparência. No entanto, em meu gesto que dialoga com o de Zoppi-Fontana, não há corpo urbano que não seja imaginário, à medida que corresponde a um deslizamento de sentidos que coloca o social em termos espaciais (como vimos no trecho anterior da novela, em que consta a descrição do espaço de demolição, por exemplo). Ao mesmo tempo que há um agenciamento da enunciação, há um gerenciamento do espaço urbano, cuja visibilidade não é dada *a priori*, mas construída a partir de uma posição que desloca, por exemplo, o direito à língua para o direito à cidade e este para o problema social. Mas o problema social existe para que imagem de cidade? Pensar isso é retomar a ética em outros termos, nem sempre com conotação positiva (BUTLER, 2015), uma vez que a cidadania e a identificação do sujeito-corpo (a ordem dos termos,

aqui, é importante) são definidos em condições específicas que fazem dizer, sempre e constitutivamente, pelo silenciamento também.

A linguagem, então, funciona como se fosse transparente, de forma que o sujeito-corpo acredita ter direito ao mundo, como o do espaço urbano, mas sempre sofrendo interferência de sua relação em dado espaço de enunciação. Assim, é organizada a relação entre real (o irrepresentável que resiste e existe no simbólico), virtual (o que poderia ser mas ainda não é) e o imaginário (o que parece ser), nos diferentes processos de simbolização do espaço urbano. Com isso, a “necessidade” aparece ao sujeito-corpo que interpreta corpos:

Será que eu enriqueceria este relato se usasse alguns difíceis termos técnicos? Mas aí que está: esta história não tem **nenhuma técnica, nem estilo**, ela é ao **deus-dará**. Eu que também não mancharia por nada deste mundo com palavras brilhantes e falsas **uma vida parca como a da datilógrafa**. Durante o dia eu faço, como todos, gestos despercebidos por mim mesmo. Pois um dos gestos mais despercebidos é esta história de que não tenho culpa e que **sai como sair**. A datilógrafa *vivia* numa espécie de **atordoado nimbo, entre céu e inferno**. Nunca *pensava* em “eu sou eu”. Acho que  *julgava* não ter direito, **ela era um acaso. Um feto jogado na lata de lixo embrulhado em um jornal**. Há milhares como ela? Sim, e que são apenas um acaso. Pensando bem: quem não é um acaso na vida? Quanto a mim, só me livro de ser apenas um acaso porque escrevo, o que é um ato que é um fato. É quando entro em contato com forças interiores minhas, encontro através de mim o vosso Deus. Para que escrevo? E eu sei? Sei não. Sim, é verdade, às vezes também penso que eu não sou eu, pareço pertencer a uma galáxia longínqua de tão estranho que sou de mim. Sou eu? Espanto-me com o meu encontro. (LISPECTOR, 2017, p. 68, grifos meus)

Importante perceber, no trecho anterior, por meio dos itálicos, a alternância nos usos dos verbos: pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito e presente se relacionam de forma a instalar uma temporalidade, na qual a enunciação atribui à escrita, à textualização, um caráter de presente que é valorado como individual e universal (pelas modalizações, por exemplo, entre uso de pronomes de primeira e de terceira pessoa. Neste caso, como vemos em “Sim, e que são apenas um acaso”). Nisso, Macabéa surge como passado que durou, já que não há a marca do pretérito perfeito para a “relatar”: ela emerge, na narrativa, às custas de um desaparecimento que faz o presente do texto ganhar alguma coerência, ainda que cheio de “espanto”. Logo, a temporalidade não significa cronologicamente, mas como criação de um cronotopo que faz tempo e espaço existirem relacionalmente, de forma a criar efeito de evidência: até o espanto de SM/Lispector parece evidente em meio às representações que traz. Com isso, Macabéa não está em um passado historicizado como o dos grandes heróis, das grandes épicas, mas como vida precária. As referências que significam esta vão sendo percebidas, por exemplo, por meio dos destaques feitos por mim em negrito: é vida restrita a uma memória recortada “ao deus-dará”, sem “técnica”, nem “estilo”, “vida parca”. Tudo em uma grande metrópole

– como a descrita pela narrativa – em que o espaço não é de pertencimento igual a todos, não só porque existiriam problemas sociais “do sempre”, mas porque o acesso à língua não é isonômico, dado que ela mesma é heterogênea em si, bem como o sujeito-corpo possível de haver nela.

Portanto, a normatividade que rege e simboliza corpos deve ser repensada em novos termos: em que cidade existe uma vida “ao acaso”? Todo corpo é afetado pela sua condição precária, pois é finito, está exposto à morte, à doença. Mas, para além disso, alguns corpos são mais precários que outros, dado que este reconhecimento depende do “enquadramento” e valoração que se faz a respeito da morte (BUTLER, 2015b): se esta vale menos, em determinadas condições de produção, do que outras, tal precariedade produz formas de visibilidade e determina o valor de uma vida “ao acaso”. E todos os sujeitos-corpos estão expostos a isso, já que emergem sob termos que lhes escapam. Estamos diante de uma:

ontologia social que, ao partir desta condição comum de precariedade, refuta aquelas operações normativas [...] que decidem de antemão quem se qualifica e quem não se qualifica de humano. Meu objetivo não é tanto reabilitar o humanismo quanto lutar por uma concepção de obrigação ética que se fundamenta na precariedade. Ninguém escapa à dimensão precária da vida social – tratar-se-ia, poderíamos dizer, de nossa não-fundação comum. (BUTLER, 2015b, p. 21)

### **(Im)Possíveis (in)conclusões**

Não é possível apreender o corpo presente no espaço urbano, em que há a presença de uma ideia de direitos e de cidadania, como objeto empiricamente observável. O sujeito que acredita ser dono do dizer sofre a ação da interpelação, sendo convocado à interpretação que performatiza realidades, obrigando os corpos a se situarem nas significações, a se reconhecerem na memória. Trata-se de um funcionamento, na perspectiva butleriana (2015a e 2015b), sustentado por uma violência que não elege regimes de precariedades comuns a todos, já que adentramos desigualmente nos espaços de enunciação: não se enuncia nem se é enunciado nas mesmas condições. Isso fica marcado na narrativa de *A hora da estrela*, uma vez que há um narrador (imaginariamente unificado pela designação de Rodrigo SM que, enquanto instância enunciativa, é cindido, disperso na unidade), que parece construir um labirinto de linguagem ao redor da culpa de não poder dar vida, a não ser no pretérito e na morte, à personagem pobre que avista e relata. Inclusive, é fundamental perceber como sua culpa se lhe coloca como uma

necessidade, o que, na verdade, é mais uma evidência que surge em sua ilusão referencial sobre si, o outro, a realidade e a (im)possibilidade de relatar experiências que nomeia como suas, de Macabéa e da própria narrativa.

Nestes fios que vão costurando a diegese, a “beleza do que aconteceu há minutos atrás” comparece por meio de determinações históricas que nos fazem pensar não só a enunciação como também a interpretação como o lugar onde a ideologia funciona. Pensando com Zoppi-Fontana (1998), temos aqui, em *A hora da estrela*, uma cidade fluida por meio de um movimento discursivo de interpretação no qual se ressalta a heterogeneidade do urbano e dos corpos que o ocupam. Os espaços – enunciativos e urbano – são conflitivos e praticados como unidade polivalente que, atravessada pela memória, põe em contato gestos de interpretação sobre ser precário: SM parece reconhecer sua precariedade como escritor, mas às custas de uma outra ainda maior, a de Macabéa, passado que dura “mais que perfeito”:

Em outras palavras, o paradoxo nocional cidade uma/cidade fluida não se refere a “realidades” empíricas mas a processos discursivos concretos e aos efeitos de sentido que resultam deles, produzidos ambos historicamente nas práticas de linguagem. Analisamos, assim, o confronto entre discursos que tendem a homogeneizar os múltiplos sentidos da/na cidade e discursos que incorporam e trabalham essa heterogeneidade, ou seja, exploramos o funcionamento das práticas discursivas na/da cidade em relação com os espaços de memória nos quais elas se inscrevem. (ZOPPI-FONTANA, 1998, p. 33)

Tudo isso ocorre porque a própria linguagem utilizada dá voltas, de maneira a ora revelar e ora velar o cruzamento de memórias que representam o sujeito em sua experiência e condição de inserção urbana. O conflito dos espaços enunciativos, ao mesmo tempo em que é silenciado em alguns momentos da narrativa, é problematizado em outros, principalmente quando se faz menos evidente. Tal como o escorpião que parece se matar cercado pelo fogo, a enunciação em *A hora da estrela* parece se fazer sofrer e manquear, mas para poder se mostrar imaginariamente inteira, ainda que para ser interpretada às “faíscas” e “lascas” e “de repente a gente vê que perdeu ou está perdendo alguma coisa morna e ingênua que vai ficando no caminho”.

## Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v27i1.8654913>

- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.
- CAZUZA. *Poema*. São Paulo, Universal Music, 2000. Áudio (04:15 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QyB6xSt52AQ>>. Acesso em: 29 maio 2019.
- GENETTE, Gerard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, [197-].
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.
- LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela: edição com manuscritos e ensaios inéditos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- NUNES, Benedito. *O Drama da Linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Ática, 1989.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Do sujeito na história e no simbólico. *Escritos*, Campinas, n. 4, p. 17 - 27, maio 1999. Disponível em: <<https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2019.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória*. *Entremeios: revista de estudos do discurso*, Pouso Alegre, v.1, n.1, p. 1-13, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/1.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2019.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Pontes, 1988.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso. In : GADET, Françoise; HAK, Tony (Org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- ZANDWAIS, Ana. *Disciplina Tópicos em Análise do Discurso – o Funcionamento da Noção de Formação Discursiva em diferentes autores*, UFGRS, Porto Alegre, RS, mar./jul. 2013.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Cidade e discurso: paradoxos do real, do imaginário, do virtual. *RUA Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*, Campinas, v. 4, n. 1, p.39-54, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640628>>. Acesso em: 22 maio 2019.

ZOPPI-FONTANA, Identidades (in)formais. Contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p.245-282, 2003. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/organon/article/view/30027/18623>>. Acesso em: 22 maio 2019.

ZOPPI-FONTANA, “A arte de cair fora. O lugar do terceiro na enunciação”. *Revista ECOS*, v. 2, n., 2, p. 59-69, jul. 2004. Disponível em: <[http://www.unemat.br/revistas/ecos/docs/v\\_02/59\\_Pag\\_Revista\\_Ecos\\_V-02\\_N-02\\_A-2004.pdf](http://www.unemat.br/revistas/ecos/docs/v_02/59_Pag_Revista_Ecos_V-02_N-02_A-2004.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2019.

ZOPPI-FONTANA, As imagens do invisível. In: SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos (Org.). *Discurso, Semiologia e História*. São Carlos: CLARALUZ, 2011. p.163-181.

ZOPPI-FONTANA, Ponto de vista: o ponto cego das teorias da polifonia (*Point of view: the blind spot of the theories of polyphony*). *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 249-283, out. 2015. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/view/456/419>>. Acesso em: 22 maio 2019.

Recebido em: 11 de março de 2019

Aprovado em: 23 de maio de 2019